

Violência: Modelo de morte x cultura de paz: modelo de vida

Josiane Rose Petry Veronese*

Sumário: Introdução; 1. Quando o tema é a violência; 2. O problema da violência e suas múltiplas faces; 3. Violência x pobreza: uma errônea associação; 4. Por uma nova cultura; Referências.

Resumo: O tema da violência precisa ser conhecido, destrinchado, para que possamos propor um modelo de vida em sociedade que não mais a cultue. Faz-se necessário, portanto, a construção de um novo paradigma: o da cultura de paz. Somente a partir dessa nova forma de condução das relações humanas é que poderemos afirmar que estamos efetivamente em um processo civilizatório e não o de barbárie.

Palavras-chave: Violência; Paradigma; Cultura de Paz.

Abstract: The subject of the necessary violence to be known so that let us can not more consider a model of life in society that cultue. One becomes necessary, therefore, the construction of a new paradigm: of the peace culture. From this new form of conduction of the relations human beings it only is that we will be able to affirm that we are effectively in a civilizatório process and not it of barbarity.

Keywords: Violência; Paradigm; Culture of Peace

* **Josiane Rose Petry Veronese** - Professora Titular da Disciplina de Direito da Criança e do Adolescente da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutora em Direito. Professora dos Programas de Mestrado e Doutorado do Curso de Pós-graduação em Direito/UFSC. Coordenadora do Nejusca. Vice-diretora do Centro de Ciências Jurídicas/UFSC. Autora de vários livros entre os quais se destacam: **Interesses Difusos e Direitos da Criança e do Adolescente**. Minas Gerais: Del Rey, 1997; **Temas de Direito da Criança e do Adolescente**. São Paulo: LTr, 1997; **Entre Violentados e Violentadores**. São Paulo: Cidade Nova, 1998; **Os Direitos da Criança e do Adolescente**. São Paulo: LTr, 1999; **A Tutela Jurisdicional dos Direitos da Criança e do Adolescente** (em co-autoria com Moacyr Mottada Silva). São Paulo: LTr, 1998; **Adoção Internacional e Mercosul** (em co-autoria com João Felipe Corrêa Petry). Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004; **Poder Familiar e Tutela** (em co-autoria com Lúcia Ferreira de Bem Gouvêa e Marcelo Francisco da Silva). Florianópolis: OAB/SC Editora, 2005; **Violência e Exploração Sexual Infanto-juvenil: crimes contra a humanidade** (org.). Florianópolis: OAB/SC. Editora, 2005; **Violência Doméstica: quando a vítima é criança ou adolescente** (em co-autoria com Marli Marlene M. da Costa). Florianópolis: OAB/SC. Editora, 2005; **Limites na Educação: sob a perspectiva da Doutrina da Proteção Integral, do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Florianópolis: OAB/SC Editora, 2006 (em co-autoria com Cleverton Elias Vieira).

Introdução

A violência se constitui na consolidação do caos, a desconstrução da nossa humanidade. Por que nos servimos da violência? Por que a racionalidade, o equilíbrio, a harmonia, a paz social são substituídos por ações violentas?

Violência: espectro de negação, de dor, de morte.

Falar que o tema da violência se apresenta em nossos dias como um fato que desperta a curiosidade, haja vista a sua inquestionável importância, chega a ser praticamente redundante.

A agressividade da vida moderna tem-nos feito refletir sobre o papel, sobre a caminhada do ser humano no chamado processo civilizatório.

Ao elaborar essas reflexões sobre a violência não tenho a intenção de fazer uma abordagem ontológica, exaustiva, antes o que pretendo é levantar alguns tópicos que julguei necessário, a partir do meu ângulo de abordagem - de uma operadora do direito - direito este que não mais está circunscrito ao mundo dos códigos, das leis, mas de uma visão que contemple o homem, enquanto ser desejoso de uma sociedade mais justa, tolerante, livre.

Tais tópicos poderiam possibilitar ao leitor percorrer pelas muitas modalidades de violência, elaborando os seus próprios questionamentos e críticas. De forma que possamos, até mesmo, nos permitir a seguinte indagação: Até que ponto em nossas vivências, no nosso dia-a-dia, também não reproduzimos a violência que tanto repudiamos?

Qual é o nosso comportamento em casa, no ambiente de trabalho, com os amigos, enfim, em um sem-número de atividades em que estamos inseridos? Somos pessoas comprometidas com a paz ou nos deixamos conduzir pela arrogância, pelo autoritarismo, pela exclusão. Ou mesmo em nível societário, em que grau nos sentimos co-responsáveis por tudo o que está ao nosso redor ou somos reprodutores de uma cultura superficial, sem ética e permeada de violência.

1 Quando o tema é a violência

Como seres humanos nos constituímos potencialmente de capacidades que nos diferem de todas as outras espécies, entre elas a capacidade do discernimento, que nos faculta julgar, apreciar, optar, nos conferindo, portanto, um degrau superior nesse patamar global, viabilizando a nossa atuação como *sujeitos* de um processo histórico-social e caracterizando-nos como seres dotados de um valor que nos é essencial: a liberdade.

Parece-nos oportuno, ao analisarmos o tema da violência, apresentarmos o seu conceito antítese, ou seja, qual a nossa compreensão acerca dos Direitos Humanos. Este deve ser concebido como um conjunto de princípios garantidores da dignidade humana, princípios estes voltados para a não-agressão, a não-degradação da espécie humana. Hoje, mais do que nunca, o empenho pela garantia desses direitos implica em uma contínua resistência, perceptíveis na defesa da cultura indígena, da ecologia, dos direitos das crianças, mulheres, idosos, deficientes, das minorias étnicas, da paz.

Falar em Direitos Humanos significa a defesa da vida, da integridade física, da liberdade de expressão, de opinião, de religião, de se garantir distintas opções políticas e ideológicas. Ainda nesse campo também devem ser inseridos os direitos econômicos-sociais, como o direito à educação, ao trabalho, à saúde, ao lazer etc.

Um aspecto que merece ser considerado quando se analisa o conteúdo normativo dos direitos humanos, compreendido em sua dimensão histórico-social, é que ele se coloca acima das suas definições em termos de direito nacional e das convenções internacionais, da mesma forma - recorda Baratta - que a idéia de justiça não se restringe ao campo do direito, antes aponta a trajetória a ser traçada com vista à realização da idéia do homem, isto é, do princípio da dignidade humana (BARATTA, 1993, p. 6-7).

Nessa análise se constata que a história dos povos e da sociedade tem se apresentado como uma história permeada de violações dos direitos humanos, de modo que se observa uma tentativa contínua de se reprimir as necessidades reais das pessoas, dos agrupamentos humanos ou mesmo de povos inteiros.

Assim, à medida que se impede ao ser humano de desenvolver-se plenamente, neste momento, dá-se início a um processo de violência, que irá manifestar-se nas mais variadas formas, servindo-se de diferentes meios.

Assim, por exemplo, se formos levados a observar o cenário apresentado pela televisão e demais meios de comunicação, o que constatamos?

Além das situações extremas, como os massacres ocorridos no Brasil, cite-se os históricos casos do Carandiru, Candelária, Vigário Geral, os conflitos dos sem-terra e dos sem-teto, as recentes ondas de violência no Estado de São Paulo, envolvendo facções criminosas, que têm resultado em dezenas de mortes, a violência diária dos grandes centros urbanos, enfim, o nosso cotidiano parece estar envolto em um imaginário de violência, o qual revelaria um modelo social que se tornou perverso. Situações antes consideradas como totalmente excepcionais passam a ser vistas como corriqueiras: “coisas do dia-a-dia”.

Tal constatação poderia nos levar a questionar se a nossa sociedade não estaria revivendo as Praças de Tortura, tão bem descritas por Foucault, na obra: “Vigiar e

Punir” (FOUCAULT, 1987). Será que os nossos corações e mentes estão a admitir o espetáculo de sangue? Será que precisamos novamente das encenações de horror e não estaríamos com essas práticas degradando os nossos valores e, portanto, retrocedendo em nível de progresso civilizatório?

Nesse cenário, parece adequada a colocação acerca de uma idéia de Freud: nada melhor para garantir a união de grupos antagônicos do que a criação de um inimigo comum. E é exatamente isso que constatamos quando os mais diversos segmentos societários, de distintas classes sociais, arranjam-se em torno de um suposto inimigo comum a todos: a violência.

Quando, na realidade, tal violência, apesar de existente, é potencializada, é maniqueisticamente utilizada para ocultar as suas verdadeiras causas: um sistema capitalista atroz, excludente; o que significa que também a violência serve para ofuscar senão para obstar que se reflita sobre as suas origens e, mais, acaba que por suscitar na sociedade o *defensismo*, ou seja, todo o corpo social acaba por orientar-se na concepção do perigo que representa os indivíduos, o que resulta na segregação, na simplista remoção de pessoas que, de algum modo, desrespeitaram as normas sociais. E sobre essa perspectiva devemos estar atentos para não nos submetermos àquele que julgamos ser o efeito da mais cruel violência: a auto-exclusão.

Não se trata de negar, de forma alguma, que a violência não se constitua num fator presente nas sociedades. O que trago à reflexão é que hoje a sua visibilidade é maior, os meios de comunicação são velozes em apresentar ações violentas, potencializando este fenômeno negativo, chegando com rapidez às nossas casas; no entanto, tem sido tão banalizada que corremos o risco de passarmos a encará-la como algo não merecedor de atenção. Isso é extremamente perigoso, pois entendo que o que nos diferencia, como seres racionais, dos animais, é também a nossa *capacidade de indignação*, e esta precisa estar a todo custo avultada e não entorpecida.

Se olharmos ao nosso redor não constatamos que a violência vem sendo agravada pelos seus próprios efeitos?

Muitas vezes esse sentimento de violência que nos assombra ao invés de nos conduzir para ações positivas, nas quais nos contrapomos de forma livre e consciente, simplesmente nos omitimos e, assim, a indignação inicial dá lugar à passividade, ao descaso, ou de um extremo ao outro, pode nos conduzir a uma atitude sombria, de revolta contra tudo e todos.

Diariamente, portanto, temos sido bombardeados com o problema da violência, em suas múltiplas formas: a começar, pela violência urbana; a violência institucional pela via do aparato repressivo, ou seja, aquela que é promovida pela própria polícia; a violência no trânsito, em que milhares de pessoas morrem anualmente; de uma

suposta e bem produzida pela mídia “delinquência” infanto-juvenil, num pólo e noutro, essa mesma minoria vitimizada por um quadro cruel de violações a seus direitos, salientando-se aí o extermínio de infantes, sobretudo nos grandes conglomerados urbanos; as mais variadas agressões que são produzidas e apresentadas pelos meios de comunicação; a discriminação racial e outras modalidades de discriminação; a violência contra a mulher e os variados tipos de violência doméstica; as violências psicológicas, a barbárie do nosso sistema carcerário etc.

Envoltos nesse quadro não seria mais produtivo que empreendêssemos nossas forças a fim de impedir que se aniquile a nossa evolução natural, como seres humanos, dotados de desejos e também o de transformação? Esse potencial, assim canalizado, nos elevaria da condição de sujeitos passivos, apáticos, em sujeitos atuantes, sensíveis ao nosso momento histórico.

Alguns, talvez, considerem que esse tipo de agir seja muito limitado, de mudanças graduais, não importa se essa é a única forma que temos de estarmos engajados, de não nos conformarmos com o que nos é apresentado como sem solução, pois

seria outra ingenuidade pensar que as forças contrárias à mudança não percebem que a mudança de uma parte promove a mudança de outra, até que chega a mudança da totalidade, como seria ingenuidade também não contar com a reação, sempre mais forte, a estas mudanças parciais (FREIRE, 1993, p. 54).

Feitas tais colocações faço a seguinte pergunta: devemos ficar inertes diante da violência que nos rouba a humanidade? Não seria mais condizente um esforço de todos, seja do indivíduo singularmente considerado, seja da sociedade e do próprio Estado?

Todos somos responsáveis na tarefa de ensejarmos uma reação contrária ao avanço da violência, do descaso com os direitos humanos mais elementares. A idéia da responsabilidade social, isto é, a de que todos somos elementos indispensáveis nesse processo de reação, consolida não apenas a concepção de que não mais devemos esperar paternalisticamente que o Estado seja o único ente solucionador dos conflitos, bem como nos conduz a uma reflexão de que somos indivíduos, mas que tal individualidade não nos dá o direito a uma singularidade egoísta, do descompromisso com o meu corpo social. Somos parte desse corpo, somos elementos de uma integração co-participativa, portanto, na medida em que me excluo, que não me comprometo, ainda que involuntariamente, provooco uma necrose social.

Decorre daí a importância de ações, de investimentos na não-violência.

Como exemplo desse engajamento encontramos em Mahatma Gandhi, que consumiu todas as suas energias pela independência de seu país - a Índia - contra domínio britânico, vivendo, difundindo e provocando a *não-violência*.

Segundo Gandhi, a violência se constitui num caminho equivocado que a humanidade trilhou desde o seu início, é um grande engodo, o seu emprego é tornar eficaz a “lei da bestialidade”.

Numa de suas manifestações, em 11 de setembro de 1906, discursou:

A arma da não-violência transforma a violência em seu oposto... As condições de violência surgem aonde alguém impõe a sua vontade e outro a aceita. A recusa em se curvar perante a vontade do tirano destrói a violência...

A injustiça não vem somente do opressor, mas também do oprimido. O tirano só pode obter aquilo pelo qual a vítima não resiste por falta de forças.

Deixar de lado a nossa própria fraqueza e maldade já é meia-vitória. Porém este é o caminho do sofrimento e da auto-purificação. Esta auto-purificação não pode dar certo se não nos apoiarmos na bondade inata do ser humano, na unidade da humanidade e no poder abrangente do amor (GHANDI, 1990, p. 32).

A não-violência de Gandhi jamais deve ser entendida como uma submissão cega ao poder, pelo contrário, ela enseja um inconformismo, a *revolta pacífica*, que implica numa primeira análise uma conscientização acerca dos graves problemas que afetam as nossas populações e, em segundo lugar, uma luta sem tréguas pela melhoria da qualidade de vida, seja pela via institucional, através da implantação de políticas públicas coerentes com a nossa realidade, seja na esfera privada, expurgando-se o autoritarismo e a exploração vigentes nas relações interparticulares e até mesmo domésticas e, no seu lugar, um investimento profundo no acreditar no ser humano, nas suas riquezas e potencialidades de edificação de uma sociedade mais humanitária e, portanto, mais justa e solidária.

2 O problema da violência e suas múltiplas faces

No momento em que ocorre a violentação à integridade da pessoa, em seu corpo, isso deve ser entendido em sua globalidade, pois tal violação se processa e atinge sua estrutura psíquica mais profunda. A ação violenta destrói no violentado a capacidade de confiar no outro, portanto acaba por obstaculizar uma saudável e harmônica convivência social.

Neste momento refletiremos sobre uma série de “manifestações de violência”, as quais não esgotam o vastíssimo rol de ações que ultrajam a nossa dignidade. Entendemos, no entanto, que tal indignação ao invés de nos desmotivar deve antes abrir um espaço de resistência e ensejar práticas que se revistam de atitudes construtivas.

A violência concretiza-se em muitos tipos, muitas “faces”: violência urbana e aí podemos inserir a violência no trânsito, a insegurança pública, os atentados contra

à vida; a violência produzida pelos meios de comunicação, todas as modalidades de preconceitos e discriminações, as quais na realidade são atentatórias a dignidade da pessoa humana; violência contra a mulher, violência contra a criança e o adolescente que vai desde os maus tratos, as negligências, os abusos sexuais, as violências psicológicas, a exploração da mão-de-obra, até o extermínio de meninos e meninas de rua; há a violência no campo, no descaso com uma efetiva política de assentamento etc. Ao plano da convivência entre as nações, os atentados à soberania, os bloqueios econômicos e o desfecho mais evidente desse caos: as guerras.

3 Violência x pobreza: uma errônea associação

Um ponto que podemos questionar nesta análise sobre a violência trata-se da pseudorelação: pobreza x violência. Estatisticamente a violência produzida não é proporcional à população empobrecida, temos sim um significativo número de crimes contra o patrimônio, reveladora de uma sociedade com gravíssimas distorções sociais e, mais, a repressão estatal se dirige, justamente, para as classes pobres - os *marginalizados sociais* - que passam a receber, também, o estigma de criminosos, de bandidos. Tal processo desencadeou um "inchaço" nas prisões, que ficaram lotadas, exclusivamente, de pobres, tornando o sistema penitenciário totalmente inoperante em termos de possibilitar um efetivo resgate desse ser humano que rompeu com as normas penais ao corpo social, servindo, unicamente, como um depósito dos indesejáveis sociais.

Ainda nessa relação pobreza x violência é oportuno adentrar com muita cautela para não incidirmos num outro erro: culpabilizar única e exclusivamente a família por tudo o que acontece, descuidando, nessa análise, o seguinte dado: essa família está inserida numa realidade político-sócio-econômica, enfim, está mergulhada, no caso brasileiro, numa sociedade capitalista extremamente excludente, espoliadora, que nunca se ocupou de forma lúcida, real, sem fetiche da questão social. Não se trata de uma genérica erradicação da pobreza, mas de uma verdadeira política de pleno emprego, de saúde - não apenas como assistência médica, mas como um conceito mais amplo, incluído até a saúde mental -, moradia e principalmente educação.

4 Pela construção de uma cultura de paz

Diante do que foi apresentado, entendemos necessária a construção de um novo paradigma, baseado numa visão ética da história: no acreditar no homem, na dignidade da pessoa humana, na edificação de novos valores, através do qual, não cancelando a pessoa, em seu caráter individual, conheça-se o alcance da

solidariedade, do comunitário e, também, não negando o fato de que somos diferentes, não nos conformamos, no sentido que não compactuamos com uma sociedade cuja ordem econômico-político-social seja pautada por situações de extremas, discrepantes desigualdades e contradições. Por um lado, todo o fascínio do consumo, numa tão bem exemplificada e globalizada construção - os shopping centers - e por outro, uma multidão de sem-teto, de sem-terra, de com-fome.

Torna-se, assim, imperioso o resgate do conceito do amor. Mas como falar do amor? Há espaço para o amor no discurso supostamente científico?

Quando falo do amor, não faço menção a um discurso vazio, alienado, piegas, mas sim refiro-me a um amor concreto, comprometido com a sociedade, no seu conjunto de valores, com suas transformações.

E ao falar do amor, tenho plena consciência disso, sobretudo dentro dos padrões acadêmicos, que envolto, no mais das vezes, numa fictícia cientificidade, pode ser visto como algo escandaloso, mesmo que tal discurso, dito científico, seja calcado, por exemplo, na tão desejosa democracia, na pluralidade de opiniões; ainda assim continua sendo alijado, excluído o amor, como se fosse possível pensar um Estado, uma comunidade, uma família, que sobreviva, que se desenvolva, sem essa base.

Pois, afinal, o que são as guerras entre nações, senão um profundo desamor entre os povos? Que nome poderia ser dado ao descaso na implantação de políticas sociais por parte do Poder Público, senão um descompromisso com seus cidadãos?

O que são os conflitos étnicos, raciais, senão um desamor, um desrespeito à condição do diferente que há no outro? O que são os tão comuns problemas familiares, senão pura e simplesmente a exclusão do amor, na realidade doméstica?

O que vem a ser afinal, tomando uma questão que nos últimos meses ganha espaço na mídia, o problema carcerário? Que pode, inclusive, ser travestido como o nome de superlotação dos presídios, falta de verbas, de pessoal, carência de um acompanhamento jurídico, instalações degradantes etc. Sim, e não seria tudo isso opção de um Estado desamor, que não tem compromisso algum com a classe marginalizada, despossuída?

E, mais, o trancafiamento de pessoas se apresenta como uma questão extremamente paradoxal, também no sentido pedagógico, pois como educar para a liberdade aqueles que são submetidos a uma condição de não liberdade? A uma convivência não compatível com a dignidade humana e, também, como reinserir-se na sociedade - conjunto de diversidades - tendo vivido só entre “iguais”?

Torna-se, inclusive, muito complexo trabalhar a ressocialização em termos da não-violência, se a vida “extra-muros” vive continuamente tão submersa na violência que agride a nossa cidadania, a nossa condição de seres humanos, desde os programas televisivos até às guerras. Portanto, o problema da violência carcerária não pode

ser abordada isoladamente, sem uma preocupação com o tipo de sociedade em que vivemos e, sobretudo, com o seu modelo político-econômico.

Os cárceres são, na realidade, um espelho da violência de um sistema que pretende manter os desfavorecidos economicamente à margem do corpo social, no qual as cadeias abarrotadas explicitam muito mais o caráter vingativo da pena, do que qualquer possível proposta socializadora.

Não é meu desejo que as reflexões aqui trazidas, sobre o fenômeno da violência, conduzissem a um olhar cético sobre a história e mais especificamente sobre o ser humano nessa história.

Há que se acreditar nos valores mais fundamentais, de nos voltarmos sempre para o respeito para com a pessoa e daí esse desejo - que, por vezes, toma ares de intransigência - no tocante à defesa dos Direitos Humanos, pois a partir daí contemplamos a concepção de que todos temos direito à moradia, à educação, à saúde, à liberdade, à livre manifestação do pensamento, de opinião e de crença, ao trabalho, à segurança, enfim, a uma série de garantias que se colocam como indispensáveis à satisfação das necessidades e, ainda, no valor de sermos pessoas que nascemos para a felicidade. E justamente não foi esse o primeiro conceito de ética se formos levados a visitar Aristóteles em uma de suas obras clássicas: “A ética”, o qual acentua o homem em sua busca das virtudes e de uma vida feliz?

O pensador grego mergulha profundamente nessa questão quando nos propõe a felicidade "como fim das ações humanas" (ARISTÓTELES, 1989, p. 151).

E aí podemos indagar se será feliz o ser humano em meio a tantos focos de violência? Evidentemente, não!

Nascemos para alçar grandes voos, alcançando céus de liberdade, solidariedade, de compreensão acerca da caminhada humana sobre a Terra. Todas as circunstâncias que são reveladoras de um quadro de miséria, de dor, na realidade ofuscam a grandeza que há em cada um de nós.

E todas as vezes que violamos com atos insanos a beleza da natureza humana o que acontece? No plano individual um enorme desconforto, mal-estar, culpa, enfim, uma série de sentimentos negativos que assolam a nossa alma e nos tornam cabisbaixos, melancólicos, sem ânimos até.

No plano societário o que assistimos é um espetáculo de egoísmo coletivo, uma sociedade que se perde, pois não mais consegue visualizar-se como corpo social. Ora, se falamos em corpo devemos estar atentos ao fato de que se trata de algo indivisível, ainda que constituído por muitos elementos. Se o corpo perde essa característica que lhe é essencial - a unicidade - tudo está comprometido. E, além disso, esse conceito do social nos conduz à idéia de agrupamento, de meio humano integrado e poderíamos conceber esse corpo social como uma totalidade de pessoas

unidas pelo mesmo sentimento de consciência. Que sentimento de consciência seria esse? De um corpo amorfo e sem cor? Não, mas na crença do que de mais precioso existe no ser humano que é a capacidade de livremente optar por um tipo de convivência na qual cada um se sinta comprometido com o outro. Ousaria até falar em cumplicidade. De que cumplicidade estaria me reportando? Não à simples colaboração, mas algo ainda mais comprometedor: falo de participação, de parceria, de um pensar e agir não de modo hermeticamente individual, mas coletivo. Isto sim poderia ser visto como sociedade, a vivência comum, temporal e espacial, de pessoas engajadas numa crescente dinâmica. Aí se consubstanciaria o ideal da unidade, desse novo modelo societário que a humanidade em seu dever ser tanto aspira. E nesse processo não perderíamos as nossas características de pessoas humanas, de também sermos indivíduos - sim o somos -, mas a visão do outro que está ao meu lado ou mesmo distante ensejaria um aprimoramento do meu eu, de que se faz necessário trabalhar também em nível particular às falhas, bloqueios, tendências egoístas, moldando, portanto, na proporção do meu ser individual às virtudes. Talvez seja esse, inclusive, o grito que sufocamos cotidianamente em nossos corações. Um grito que pede companheirismo, que pede perdão ao invés de punições, que clama pela unidade ao invés da discriminação, do preconceito, da guerra.

Nesse aspecto se apresenta a tolerância como um dos grandes temas da atualidade, a qual se constitui num elemento indispensável na construção de uma “cultura de paz”, que se fundamenta na solidariedade, no pluralismo, no perdão, na não-violência ativa etc.

Hoje, falar em tolerância é ir além do seu significado histórico predominante, qual seja o respeito à convivência de crenças distintas entre si, sejam elas religiosas ou políticas. Assim, temos uma ampliação do seu conceito para outras questões, como o da convivência das minorias étnicas, linguísticas, raciais, para com os que o senso comum define como os “diferentes”, cite-se os homossexuais, os loucos, os deficientes etc. Conforme assinala Bobbio, a

tolerância não implica a renúncia à própria convicção firme, mas implica pura e simplesmente a opinião (a ser revista em cada oportunidade concreta, de acordo com as circunstâncias e as situações) de que a verdade tem tudo a ganhar quando suporta o erro alheio, já que a perseguição, como a experiência histórica o demonstrou com frequência, em vez de esmagá-lo, reforça-o. (BOBBIO, 1992, p. 216).

Desse modo, a tolerância está pautada num princípio moral absoluto: o respeito ao outro. E tal proposta exige uma prática contínua, de benevolência, de aceitação do outro que é diferente de mim e das minhas concepções. De fato, quando aprenderemos a nos amar, respeitando intensa, profunda e sinceramente a natureza

do outro que está ao meu lado ou mesmo distante de mim? Por que nos arrogamos no sombrio direito de que esse outro deva ter os meus padrões, de beleza, de religião, de interesses? Ao longo do tempo vamos aprendendo que amar é entrar na pele do outro e então por que tanta dificuldade em aceitar o semelhante assim como ele é? São passos que poderiam ser experimentados e que conduziriam a prática de certas atitudes, uma delas, fundamental nesse processo de interação com o que me é desconhecido é o *não julgar*. A nossa natureza humana nos conduz, como que *naturalmente* a julgar, a padronizar o outro. O julgamento aniquila qualquer possibilidade de construção de algo novo, pois faz com que o que se sente julgado, passe a se considerar um verme, um nada e se afaste, suprimindo qualquer possibilidade de diálogo. A intolerância é violência, o julgamento injusto e inconsequente também o é.

Para finalizarmos, o que torna segura essa nossa defesa incondicional em favor dos Direitos Humanos e de a todo custo resgatarmos o significado humanístico da solidariedade, do dever de participação de todos e a consequente eliminação da violência, reflexo de uma sociedade anômica, é que não estamos sós nessa luta, a qual também não é uma discussão de uma certa “elite pensante”, e seria totalmente nula se o fosse. Antes, percebe-se, pouco a pouco, o envolvimento de muitos, de muitos corações desejantes de uma sociedade que expurgue a barbárie e catalise a compreensão, o afeto, a justiça e a paz.

A paz “é o pressuposto necessário para o reconhecimento e a efetiva proteção dos direitos do homem em cada Estado e no sistema internacional” e para concretização dessa paz faz-se necessária a construção da democracia, pois essa é

a sociedade dos cidadãos, e os súditos se tornam cidadãos quando lhes são reconhecidos alguns direitos fundamentais; haverá paz estável, uma paz que não tenha a guerra como alternativa, somente quando existirem cidadãos não apenas deste ou daquele Estado, mas do mundo (BOBBIO, 1992, p. 216).

E justamente com esse cuidado, com esse empenho em otimizarmos a paz, ao invés da violência, o comunitário, ao invés do cego e materializante individualismo, que teremos condições de empreender esforços na construção de uma sociedade que compreenda o verdadeiro sentido da solidariedade.

Referências

ARISTÓTELES. **A Ética**. Trad. de Cássio M. Fonseca. Rio de Janeiro: Ediouro, 1989.

ARNAUD, Edy. **Reflexões sobre a Violência no Brasil e suas Causas**. Série Realidade Urbana no Brasil: Novas Interpretações - vol. 6. São Paulo: Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais, abr. 1996.

BARATTA, Alessandra. **Direitos Humanos**: entre a violência estrutural e a violência penal. Trad. da revista alemã do original espanhol por Ana Lúcia Sabadell. Alemanha: Universidade de Saaland, 1993.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campos, 1992.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. 8. ed. Trad. de Ligia M. Pondé Vassalo. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

GANDHI, Mahatma. **Palavras de Paz**. Trad. de Karin Bakke de Araújo. São Paulo: Cidade Nova, 1990.